

■ Occupy: a democracia real como construção da indignação

.....**Bruno Cava**

Este é um mundo bem mais infame, não é muito alentador o mundo em que nascemos, mas há outro mundo esperando na barriga deste. É um mundo diferente e de parto difícil e não é fácil que nasça, mas, sim, é certo que já está latindo neste mundo. Eu o reconheço nestes acampamentos.

Eduardo Galeano

No final de 2011, começando em 17 de setembro com a ocupação de Zuccotti Park, em Nova Iorque, centenas de acampamentos improvisados tomaram praças e espaços públicos pelos Estados Unidos²⁴. Auto-organizado e sem líderes anunciados, o movimento adotou o imperativo *Ocupar* [Occupy] e se alastrou para dezenas de países²⁵. Nenhuma bandeira partidária ou eleitoral foi levantada, mas as ocupações compartilharam princípios, ideias e formas organizacionais; adaptando-se às particularidades de cada lugar. Em pouco tempo, esse movimento de protesto impactou irremediavelmente a percepção sobre a realidade política (ALIM, 2011), aglutinou forças e movimentos heterogêneos e organizou a primeira greve geral nos EUA desde 1946 (em Oakland, Califórnia). O slogan mais difundido do Occupy, *Nós somos os 99%* [We are the 99%], pontuou a desigualdade profunda da sociedade, contrastada entre a acumulação e privilégios de uma pequena minoria e a escassez e exploração da grande maioria.

Mais de um ano depois da ocupação de Zuccotti Park, talvez se possa esboçar uma investigação sobre o sentido que se tem falado, e se possa falar, que o Occupy seja inovador. Enquanto forma de organização, pauta política ou engendramento de instituições, até que ponto se pode afirmar que o Occupy traz algo novo?

24 Para um apanhado das realizações do movimento em 2011, ver em OWS (2011). 2011.

25 Para uma relação abrangente dos locais ocupados em vários países, vale consultar o verbete da Wikipedia List of Occupy movement protest locations disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Occupy_movement_protest_locations.

A indignação e as recusas do Occupy

Não é difícil identificar as causas negativas do Occupy. Desde 2008, os Estados Unidos sofrem uma crise econômica e financeira²⁶ que pôs a nu a tremenda desigualdade de sua sociedade. Os efeitos da crise se fizeram sentir mais severamente nos mais pobres. Uma onda de insolvência arruinou projetos de vida de muitos que não puderam arcar com as prestações da casa própria e financiamentos de bens duráveis, os próprios estudos ou dos filhos, planos de saúde e previdência, ou simplesmente com as faturas do cartão de crédito. Para a maioria, o padrão de vida conquistado nos últimos anos se tornara simplesmente insustentável. O endividamento geral alimentou uma sensação de isolamento e frustração, destruindo expectativas e sonhos.

Nesse contexto, o governo norte-americano decidiu salvar os bancos e não as pessoas. Sob o pretexto de evitar a catástrofe, houve transferências massivas do erário público diretamente às instituições bancárias, no maior resgate (“bailout”) da história. Por um lado, a manobra revelou como os governos e o sistema financeiro compartilham lençóis, destroçando a crença que o estado exerceria comando último ou regulação eficaz dos fluxos de capital e investimento. Por outro lado, levou as pessoas à percepção de que havia algo de muito errado no âmago de seu regime político. As dívidas bilionárias do topo eram perdoadas, enquanto as da população implacavelmente cobradas, através de execuções judiciais, cancelamentos de crédito e despejos. A desculpa padrão consistiu em dizer que perdoar as relativamente pequenas dívidas das pessoas significaria corromper os fundamentos da sociedade, um “risco moral” na medida em que elas não se sentiriam mais obrigadas a trabalhar e cumprir seus deveres. O recado implícito era que as pessoas deveriam trabalhar mais e acumular mais empregos porque não era suficiente. Não por acaso, quando das primeiras ocupações nos EUA, críticos reacionários chamaram os manifestantes de fracassados ou vagabundos, e recomendaram que arrumassem um emprego [*get a job*]. Um passo importante para os protestos consistiu em rejeitar a culpa que o próprio sistema atribui, ao propagar a ideia que cada um é responsável individualmente por seu próprio sucesso e felicidade. No momento da crise, para se autopreservar, os representantes da ordem estabelecida tentaram sobrecarregar as pessoas de ainda mais obrigações, deveres

26 Dois documentários propiciam um panorama inicial para compreender a crise: *Inside job* (2010) e *The flaw* (2011). Para um trabalho *insider* do próprio movimento Occupy, a principal referência ainda é *Rise like lions: OWS and the seeds of revolution* (2011). Este documentário feito com imagens dos próprios manifestantes está disponível online em <http://www.openfilm.com/videos/rise-like-lions>.

e sacrifícios, manipulando a culpa e usando o medo do colapso, como chantagem para manter-se no poder ou mesmo fortalecer-se em meio às incertezas.

Com a crise, essa narrativa de tonalidade moral se tornou cínica e insuportável. Ao contrário da explicação oficial, a responsabilidade se evidenciava como do próprio sistema, incompetente para solucionar os problemas que ele mesmo produzira, sempre dependente de recursos públicos colhidos junto da população. Por isso, a primeira e mais audível recusa de um movimento como o Occupy foi desencarregar as pessoas da atribuição de responsabilidade, mudando o sinal da culpa e do medo. Essa moralização se revela funcional para impedir que a pessoa se movimente politicamente, que perceba a sua condição como resultado de um tipo de hierarquia social e regime político, isto é, como uma condição coletiva e que, portanto, pode ser resistida coletivamente. Daí a potência do Occupy como mudança de uma percepção social e política: a culpa está mais enraizada institucionalmente, é culpa de um poder político que conserva e reproduz o sistema econômico-financeiro, e que nos fabrica como indivíduos impotentes e submetidos à moral das cobranças e obrigações. Trata-se então de perceber como esse modo de culpar tem por objetivo a servidão voluntária, o que, no conjunto, tem servido para sustentar determinada estrutura produtiva. Uma que funciona mediante a privatização dos ganhos suportada pela socialização das perdas, numa desigualdade operada e legitimada pelo estado e a democracia representativa.

Tudo isso, aos poucos, foi ganhando visibilidade e dizibilidade com o aprofundamento da crise disparada em 2008, e a conseqüente proliferação de lutas e resistências, até culminar na explosão do Occupy.

Quando se tornou óbvia a conexão entre crise econômico-financeira e a democracia representativa, foi por água abaixo a separação artificiosa entre leis econômicas e a esfera política. Agora, o mercado e a economia não pareciam mais guiados por leis naturais e condições objetivas, entendidas apenas por especialistas e insondáveis ao cidadão, mas por decisões políticas bastante palpáveis. A pretensão de passar por “racionalidade econômica” ou “interesse geral” deixou de ser uma verdade estabelecida, o que escancarou a escandalosa distância entre as pessoas e seus representantes; entre o poder dos muitos e as instituições que o exercem em nome deles, para favorecer poucos.

Seis meses antes do Occupy Wall Street (OWS), um protesto de grande escala chegou a reunir 100 mil ativistas (MOORE, 2012; HOWELL e FELDMAN, 2012) de movimentos sociais, sindicatos e alguns setores do Partido Democrata, em Madison, capital do estado norte-americano de Wisconsin, contra as medidas de austeridade propostas pelo governo local, sob o pretexto de sanar

o déficit das contas públicas. Embora contasse com uma composição um pouco diferente do Occupy, o protesto em Madison foi um antecedente do movimento, tanto por emergir do mesmo contexto de crise, como também pelas várias ocupações do espaço público por meses a fio. Vale lembrar que as ocupações em Wisconsin já aconteceram sob o pano de fundo das revoluções árabes e da Praça Tahrir, transmitida ao vivo e em cores pela TV Al Jazeera e mídias livres.

Cercadas por todos os lados pelos constrangimentos causados pela crise, muitas pessoas não se resignaram a esperar que os governos viessem em socorro. Em vez disso, resolveram enfrentar a condição (induzida) de isolamento, por meio da organização política, na alegria da ação coletiva. Se a insegurança econômica e a situação de endividamento tendem a aumentar a sensação de solidão e drenar a motivação política; uma mobilização potente como o Occupy restaura o sentimento de engajamento pessoal, empoderando as pessoas a lutar e fazer da condição precarizada e indignada uma ação concreta de revolta e proposição. A essa altura, essas pessoas não depositavam mais esperança nos representantes governamentais, já que eles próprios haviam sido parte do problema, já que os acontecimentos indicavam que as instituições políticas e o sistema financeiro eram variáveis da mesma equação viciada.

Ao se decidir começar uma ocupação diante dos arranha-céus das instituições financeiras de Wall Street, o caso não estava simplesmente em ocupar o coração do sistema financeiro global. Mas também o coração do *poder político*, isto é, o lugar onde as verdadeiras decisões sobre o futuro de todos estão sendo tomadas. Foi caso de retomar o próprio poder político usurpado por financistas e governantes. Ocupar Wall Street não significou, portanto, o alfa e o ômega do movimento, como se estivesse tudo bem com o restante da sociedade, bastando corrigir os desajustes do sistema financeiro. Esse seria o próprio “discurso emergencial” dos governos, que impõem sacrifícios à população, enquanto anunciam um incremento maior da regulamentação sobre o mercado financeiro, - como se o problema por trás da crise não fosse estrutural e sistêmico. A divisão entre os 99% e o 1% é mais profunda e enraizada na sociedade, do que meramente opor Wall Street a Main Street (a “Rua Principal”, o que no uso cultural norte-americano remete aos “valores tradicionais”)²⁷, o sistema financeiro *versus* o mundo do tra-

27 Conforme verbete *Main Street* na Wikipedia, disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Street.

balho “real”. Não há motivo, aqui, para nostalgia de “bons patrões” ou moral do “bom trabalhador”²⁸.

Diante de todo esse quadro, soa extremamente cínica a cobrança quase exasperada com que jornalistas interpelam os militantes do movimento. Por que se revoltam, afinal?

Como anotou o blogueiro e professor Idelber Avelar:

O que é tão difícil de entender aqui? até mesmo um garoto de nove anos de idade, Sam Kesler, acampava na recém-nomeada Praça Liberdade com total clareza de seus motivos para estar ali: “o nosso sistema está montado para tirar dos pobres e dar aos ricos. É o contrário de Robin Hood. Não faz nenhum sentido!” (AVELAR, 2012).

Além disso, quando reclamam (ou secretamente se comprazem) da falta de uma pauta de reivindicações do movimento, se enganam sobre um aspecto essencial. O Occupy não teria como dirigir-lhes uma pauta de reivindicações, pois não lhes reconhecem como legítimos representantes. Não aceitam, de princípio, as estruturas e mediações da democracia representativa, como hábeis para resolver os problemas. Na realidade, os representantes – nos governos, instituições financeiras ou grande imprensa – simplesmente não têm a menor ideia de como resolver a crise, e mesmo que tivessem, não seriam respostas interessantes aos 99%. Por isso, os ativistas do Occupy não perdem tempo reivindicando a quem nada lhes poderia oferecer, senão reformas cosméticas e promessas insossas de reequilíbrio do sistema.

A positividade e a construção de novas instituições

Não há dúvida que o movimento Occupy se manifesta por meio de uma negatividade muito acentuada em relação à ordem político-econômica, entendida numa acepção ampla que engloba as instituições da democracia representativa, o sistema financeiro, a grande imprensa e a própria esquerda convencional em partidos e sindicatos. As recusas e indignações, no entanto, não exprimem simplesmente o aspecto destrutivo dos protestos em relação ao existente. Para compreender melhor um movimento de grande repercussão, é preciso também entender como se esforça construtivamente em apresentar alternativas. Ou seja, como a resistência ao poder igualmente importa desenvolver coletivamente instâncias de

28 Sobre a inseparabilidade do sistema financeiro e da “economia real”, por todos, ver FUMAGALLI e MEZZADRA, 2011.

contrapoder, que possam adquirir consistência e duração para continuar agindo no “tempo longo”. As ações em parte destrutivas dos novos movimentos, de fato, refletem a falta de perspectivas dentro da sociedade, mas isso significa antes a construção de uma perspectiva alternativa, em dissonância com a atual, do que qualquer esboço de violência gratuita ou desvairada. A indignação constitui apenas o “grau zero” de uma mobilização com efetividade. A negatividade, ao fim e ao cabo, está assentada sobre uma positividade. A investigação pela positividade, aqui, consiste em desdobrar como o movimento Occupy pode se inscrever numa revolução permanente mais gradual, de que ele exprime um tempo mais “quente” e explosivo.

Escrevendo num dos momentos mais destrutivos do ciclo de lutas de 2011, quando levantes e quebradeiras tomavam as ruas de Londres, Judith Revel e Antonio Negri são enfáticos em atribuir precedência ao momento da positividade em relação à negatividade dos protestos:

[E]stes não são movimentos caótico-niilistas, não se trata de queimar por queimar, não se quer decretar a potência destrutiva de um no future inédito. Quarenta anos depois do movimento punk (que, diferentemente dos estereótipos, foi apaixonadamente produtivo), não são movimentos que decretam o fim de todo futuro, mas que, ao contrário, querem construí-lo (REVEL e NEGRI, 2011).

Mas em que consiste essa construção? E o que, nesse movimento, sucede de novo, que mereça a atenção de todos aqueles que lutam por mudança? Menos do que recair num fetichismo do novo, como se a inovação fosse boa por si, trata-se de interrogar sobre a *diferença qualitativa* do Occupy ante a memória de lutas e movimentos.

Uma primeira tentativa poderia ser apontar na forma da ocupação, no imperativo Ocupar, um aspecto inovador. O que, no entanto, se depara com uma longa tradição de movimentos de ocupação, que vão das ocupações de fábricas, universidades e teatros, até as ocupações urbanas de prédios abandonados por grupos ativistas, sem tetos e/ou centros sociais ou culturais autônomos. Na América Latina, por exemplo, não se podem esquecer as ocupações protagonizadas pelo movimento zapatista ou os assentamentos “ilegais” do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ou mesmo, numa acepção mais ampla, as próprias favelas como ocupações permanentes “clandestinas”, que constroem suas instâncias locais de contrapoder e culturas de resistência.

Outra tentativa estaria em priorizar na apreensão da força inovadora do Occupy a dimensão global dos protestos. É evidente que, agora, a par das questões

locais e nacionais, se estabeleceu uma rede global de contágios entre as lutas da primavera no norte da África e Oriente Médio, do verão europeu dos indignados do 15-M e, finalmente, do outono americano do Occupy. Esse duplo rendimento global e local, no entanto, tampouco difere de outros momentos da tradição de esquerda, desde as mobilizações contra a guerra do Vietnã, o ciclo alterglobalização e seus enfrentamentos maiores em Seattle (1999) e Gênova (2001), ou os Dias de Ação Global contra a guerra do Iraque (2003-04). Todas essas importantes lutas foram mundializadas por meio de uma produção de mídia e organização política atravessando fronteiras e idiomas.

Uma das conclusões mais frequentes, e talvez mais mal compreendidas, esteja em assinalar no movimento Occupy a inovação da forma-rede e das tecnologias digitais. De fato, a organização se robusteceu bastante com as redes sociais, como IRC, Facebook, Skype, Twitter ou Meetup. Essas mídias ajudaram a coordenar eventos, propagar mensagens e adensar os debates e processos de formação de consenso e dissenso. Mais do que servir de canal de divulgação, elas contribuíram para a organização elas mesmas, como expressão e conteúdo do movimento (MEDINA, 2011). Essas redes e mídias digitais estiveram todo o tempo enredadas e presentes nas ocupações físicas, em coengendramento. Seu papel foi, sem dúvida, fundamental, e não se resumiu a propiciar ferramentas para os objetivos da luta.

Isto não significa, contudo, que participar delas já seria suficiente por si só, ou que teriam sido a *causa principal* das mobilizações, o que seria superestimar sua relevância, como se fossem possíveis revoluções pelo Twitter ou Facebook. Por vezes, essas tecnologias são encaradas como soluções em si próprias: a sua mera aplicação seria capaz de conferir um sentido libertador, potenciando os novos movimentos. É uma espécie de tecnutopia reeditada, que contorna o fato que a transversalidade e a produtividade das redes e mídias já constituem lugares de disputa incessante. A disseminação das tecnologias não significa nada, – em termos construtivos de autonomia e libertação, – se não vier acompanhada de uma incansável luta política. Assim foi com o surgimento das ferrovias e do telégrafo, no século 19, e da televisão e do rádio, no último século, – quando utopistas como Saint Simon se apressaram em anunciar a chegada de uma nova era da associação humana universal, – possibilitada pelo avanço da técnica em si mesma. Não tardou para que se conhecessem os efeitos ambivalentes dessas tecnologias²⁹.

29 Para uma referência para a crítica das novas tecnologias digitais e de rede como essencialmente libertadoras (o “digitalismo”), ver em PASQUINELLI, 2008, principalmente o capítulo 2.

A luta política ainda é (e continuará sendo) indispensável para assegurar a democracia do processo e combater as capturas, tais como tentativas de instalar componentes de verticalidade por dentro das tecnologias, ou reduzi-las a hypes criativos, a alguma *new big idea* e produtos imateriais imediatamente comercializáveis por empresas especializadas em parasitismo. A internet é a maior prova da persistência da luta. A democracia não se resolve em algoritmos. Toda produção e circulação de informação detêm rivais na medida mesma de sua dimensão política. Dizer vivas à rede não pode nos levar a renunciar à política.

Nesse quesito, o movimento Occupy responde ao problema com uma dupla afirmativa: *yes networks, yes politics*. Além do intenso fluxo de informações nas redes e mídias, as ocupações não prescindiram de uma existência física. Os ativistas, em maior ou menor grau de envolvimento, ficaram efetivamente na praça. Difundiu-se o slogan *Organizar online, ocupar offline* [Organize online, occupy offline]. Os manifestantes resistiram com seus próprios corpos, contra todo o tipo de dificuldade: repressão policial, condições climáticas, epidemias e conflitos internos. A infraestrutura dos acampamentos demandou um trabalho duro e disciplinado de organização, para garantir alimentação, acomodações, higiene, segurança, cuidados médicos e outras facilidades³⁰.

Para a professora e ativista do OWS, Jodi Dean:

Destacadamente, ainda que o Occupy se utilize de redes e telas do capitalismo comunicativo, a sua energia vem de uma vanguarda de ativistas comprometidos e disciplinados, que sustentaram as ações nas ruas. O emassamento físico de pessoas fora produziu um novo sentido na Esquerda norte-americana, que a resistência coletiva era novamente possível aqui. Os manifestantes deliberada e abertamente abandonaram o roteiro de marchas anódinas, para adotar a nova, incessante e exigente prática da ocupação. Eles escolheram a inconveniência em uma sociedade ideologicamente comprometida com a conveniência. (DEAN, 2012)

Sobre esse tema, novamente Idelber Avelar:

30 É curioso anotar, também, como no momento em que o governo egípcio de Hosni Mubarak derrubou a quase totalidade dos serviços de internet da população, no início de fevereiro de 2011, os protestos cresceram, porque mais pessoas saíram às ruas e se envolveram na construção do movimento. Em certo sentido, e isso é digno de reflexão, a própria Praça Tahrir se fortaleceu, quantitativa e qualitativamente, com o apagão das redes sociais, uma vez que, não sabendo o que fazer ou para onde ir, os ativistas se concentraram como um enxame no ponto nevrálgico do protesto.

É exatamente por isso que nada é mais ingênuo que celebrar as novas tecnologias digitais como instrumentos emancipatórios em si. Foi a rebelião presencial que desatou, tanto nos EUA como na Inglaterra e no Egito, a repressão aos fluxos digitais, com cancelamento de contas, bloqueio de circuitos e censura a mensagens subversivas. Justamente porque as ágoras digitais e físicas não estão separadas - ou seja, porque elas compõem a teia do capitalismo cognitivo, não tem sentido tecer loas ao poder liberador das novas tecnologias sem reconhecer que o inimigo acusou o golpe precisamente porque o povo revoltoso ocupou a praça. Nenhuma ocupação da praça acontecerá sem fluxo de energia revolucionária digital. Nenhum trabalho de rede substituirá a ocupação da praça. (AVELAR, 2012)

O posicionamento das redes ativistas em acampamentos pelas cidades determinou a qualidade do movimento. Não tanto o fato de ocupar ou o caráter global, mas o arranjo desses elementos de uma maneira singular, recusando as receitas preexistentes da esquerda convencional. Uma vez situado nos territórios, o movimento Occupy pôde se defrontar não só com os fluxos de trabalhadores pelos espaços públicos no dia a dia, mas também com a realidade das pessoas em situação de rua, os dependentes químicos, os desabrigados, e um longo etcétera de pessoas inclassificáveis que se aproximam e terminam participando dos acampamentos³¹. Esses encontros, apesar de geralmente demandantes e desgastantes, ampliaram e redimensionaram o escopo das atividades de organização e mobilização, conferindo-lhes maior consistência política. Graças à existência física nas cidades, o problema dos 99% foi sucessivamente recolocado no interior do próprio movimento (MONKS, 2012).

Conclusão

Se existe um novo, no sentido forte, como acreditamos, no movimento Occupy, enquanto expressão de um estado de lutas globais, ele deve ser pesquisado nesse entrecruzamento das redes e mídias com a reapropriação efetiva da cidade. Está num plano de composição em que todos esses elementos se arranjam produtivamente, simultaneamente como autonomia e antagonismo. É nesse agenciamento que se determinam as coordenadas de espaço e tempo do movimento, bem como as possibilidades de alianças e propagações. Isso sem perder de vista o contexto de resistência ao modo de governar do capitalismo hoje, que encontra nas finanças sua principal rótula e seu cérebro, e que dessa maneira condiciona as formas de lutar e ocupar.

31 Sobre o assunto, ver CAVA, 2012, p. 55-62.

Se o Occupy ensina algo de fundamental para todas as ações que se proponham à transformação radical deste mundo, é que a democracia real não dispensa a imaginação e construção de instituições capazes de lidar com as divisões reais da sociedade e suas violências de classe/raça/gênero, impregnadas na própria estrutura produtiva e no regime político. Essas instituições em construção durante o Occupy e o movimento global de que é expressão, embora autônomas e imaginativas, não deixam de se calcar em conflitos e desafios bastante candentes e sem solução à vista. Enfrentá-los sem culpa ou medo, na ação coletiva, no entanto, é o primeiro passo para outra forma de fazer política e democracia.

Em suma, só faz sentido pensar em democracia real quando se enfrenta o intolerável diluído nas instituições e estruturas do capitalismo supostamente “democrático” em vigor hoje. Este “mundo infame” de cuja barriga só a luta, e a constante reafirmação de propósito da luta, podem fazer rebentar o novo mundo. Se o futuro já está embutido como força minoritária do presente, preenchê-lo de realidade consiste numa tarefa política.

Referências

ALIM, Samy H. What if we occupied language. *The New York Times* 26/12/2011. Trad. Vila Vudu disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2011/12/palavra-do-ano-e-occupy.html>.

AVELAR, Idelber. Sete teses sobre as ocupações de 2011. Blogue pessoal Um Outro Olhar, *Revista Fórum*. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/02/14/sete-teses-sobre-as-ocupacoes-de-2011/>.

_____. Ocupar Wall Street e o poder constituinte da multidão. Blogue pessoal Um Outro Olhar, *Revista Fórum*). Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/01/11/ocupar-wall-street-e-o-poder-constituente-da-multidao/>

CAVA, Bruno. OcupaRio: l'etcaetera on marche. *Revista Chimères*, n. 77, outubro de 2012, p. 55-62.

DEAN, Jodi. *The communist horizon*. Nova Iorque: Verso, 2012.

FUMAGALLI, Andrea; MEZZADRA, Sandro (orgs.). *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GALEANO, Eduardo. *Hay otro mundo en la barriga de este y lo reconozco en las acampadas*. Transcrição de entrevista concedida na Praça Catalunha, Barcelona, Espanha, 28/05/2011. Disponível em: <http://periodismohumano.com/sociedad/hay-otro-mundo-en-la-barriga-de-este-y-lo-reconozco-en-las-acampadas.html>.

HOWELL, Sharons; FELDMAN, Richard. Madison: uma chance de recomeço para os EUA. Trad. Bruno Cava. Portal Outras Palavras, 09/03/2012. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/03/09/madison-uma-chance-de-recomeco-para-os-eua/>.

MEDINA, Javier T. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días Del #15M. Site *Universidad Nómada*, maio de 2011. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/spip.php?article380>.

MONKS, Kieron. Occupy must embrace the homeless and marginalised, not shun them. *The Guardian*, 07/02/2012. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/feb/07/occupy-homeless-marginalised>.

MOORE, Michael. America is NOT broke. Site *Openmike*, 05/03/2012. Disponível em: <http://www.michaelmoore.com/words/mike-friends-blog/america-is-not-broke>.

OWS (texto coletivo). 2011: A year in revolt.. Site OWS, 03/01/2012. Disponível em: <http://occupywallst.org/article/2011-year-revolt/>.

PASQUINELLI, Matteo. *Animal Spirit: a bestiary of the Commons*. Bélgica: NAI Publishers, 2008.

REVEL, Judith; NEGRI, Antonio. Il comune in rivolta. Site *Universidade Nômada*, 13/08/2011. Disponível em: <http://www.uninomade.org/il-comune-in-rivolta/>.

Verbetes - Wikipedia

List of Occupy movement protest locations. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Occupy_movement_protest_locations.

Main Street. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Street.

Filmes

Inside job. Charles Ferguson, EUA, 2010, 120 min.

Rise like lions: OWS and the seeds of revolution. Scott Noble, EUA, 2011, 97 min.

The flaw. David Sington, EUA, 2011, 78 min.

■.....**Bruno Cava** escreve em vários sites e portais, é ativista da rede Universidade Nômada (<http://www.universidadenomade.net>) e edita o blogue Quadrado dos loucos (<http://www.quadradosloucos.com.br>). Participou da OcupaRio, em outubro e novembro de 2011, na Cinelândia (Rio de Janeiro), e da Ocupa dos Povos, ocupação paralela à realização da Rio + 20 e Cúpula dos Povos, em junho de 2012. É graduado em engenharia e direito, e mestre em filosofia do direito pela UERJ.